

Sistema de Governo

Comissão deve aprovar proposta de 'neoparlamentarismo'

OS PONTOS POLÊMICOS NOS DEBATES NAS OITO COMISSÕES

OS PONTOS POLÊMICOS NOS DEBATES NAS OITO COMISSÕES		
Sistema de Governo	Mandato	Duas teses estão em choque: cinco ou quatro anos para Sarney e para os próximos presidentes.
	Sistema de governo	Definição tende a uma solução mista de parlamentarismo e presidencialismo; a polêmica central gira em torno da definição dos poderes do presidente da República.
	Poder Judiciário	Discute-se a necessidade de criação de uma corte especial apenas para zelar pelo cumprimento da nova Constituição.
Organização do Estado	Criação de novos Estados	O relatório prevê a criação de apenas um novo Estado: o de Tocantins, que seria desmembrado de Goiás. Há, porém, propostas de criação de outros onze Estados.
	Distrito Federal	A coincidência de eleições para governador do DF com a de presidente da República mantida no relatório encontra resistência dos parlamentares brasileiros que querem convocar eleições em 15 de novembro do próximo ano.
	Impostos	Relatório diz que impostos federais e estaduais que devem ser repassados aos municípios sejam creditados no momento da arrecadação. Governadores orientam suas bancadas para rejeitarem.
Organização Eleitoral	Mandato tampão	Relatório propõe um mandato de apenas dois anos para os prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1988; divide os constituintes
	Voto distrital misto	Pelo sistema proposto pelo relatório, os futuros deputados federais, estaduais e vereadores de municípios com mais de um milhão de eleitores serão eleitos pelo voto majoritário e proporcional. Pequenos partidos são contra.
Comissão de Soberania	Propriedade	O relatório tem um item que permite a desapropriação de qualquer propriedade que não esteja sendo usada ou que esteja sendo utilizada de forma imprópria, com fins especulativos. Parlamentares "conservadores" são contra.
	Orientação sexual	Na primeira versão o relatório proíbe a discriminação por "orientação sexual". Essa expressão encontrou forte resistência dos parlamentares evangélicos. O relator acabou trocando-a por "orientação de comportamento", mas a discussão continua.
	Pena de morte	Embora tenha sido rejeitada três vezes, em fases anteriores, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) insistiu em reapresentar à Comissão proposta de pena de morte. A proposta continua enfrentando resistências.
Comissão de Família e Educação	Reserva de mercado	"Conservadores" pretendem derrubar a proposta que mantém a reserva de mercado para o setor de informática.
	Verbas para o ensino	Relatório propõe que as verbas públicas sejam destinadas só para estabelecimentos de ensino público. "Conservadores" consideram que ela discrimina a rede privada de ensino.
	Conselho Nacional de Comunicação	O conselho, pelo relatório, regulariza as concessões de rádio e televisão, hoje distribuídas pelo Executivo. Os "conservadores", apoiados pelo Ministério das Comunicações, rejeitam a idéia.
Comissão da Ordem Econômica	Estado na Economia	Os parlamentares de esquerda defenderam uma maior participação do Estado na economia, enquanto os de direita vêem nessa postura uma ameaça à livre iniciativa.
	Monopólio da Petrobrás	"Progressistas" acham que o monopólio da Petrobrás deve ser mantido e, se possível, ampliado. "Conservadores" acham que o assunto deveria ser tratado em legislação ordinária.
	Reforma agrária	O relatório desagradou os "progressistas" ao não incluir dispositivos que definam a área máxima da propriedade rural; limite de propriedade para estrangeiros e vinculação do pagamento da indenização. Desagradou também os "conservadores" ao assegurar a posse imediata da União sobre os imóveis desapropriados.
Comissão da Ordem Social	Estabilidade no emprego	"Conservadores" não aceitam a estabilidade, sob o argumento de que a proposta é inviável para a economia do país. "Progressistas" não abrem mão da estabilidade.
	Direito de greve	"Progressistas" reivindicam amplo direito à greve, inclusive para funcionários públicos. "Conservadores" querem incluir um dispositivo proibindo paralisações em setores essenciais.
	Jornada de trabalho	"Progressistas" querem a redução da jornada de trabalho semanal para quarenta horas. "Conservadores" insistem na manutenção da atual jornada de 48 horas.
Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Créditos para Orçamento	Bancadas do NO e NE defendem a aplicação dos recursos em função da população dos Estados, e da renda per capita. Se isso acontecer, o governo federal será obrigado a quadruplicar seus gastos na região, em prejuízo do resto do país.
	Arrecadação de tributos	O projeto deve ser aprovado quase sem modificações, exceto detalhes. Pela negociação, a União perde quase 30% de suas receitas.
	Sistema financeiro	Os pontos mais polêmicos (proibição de bancos estrangeiros, independência do Banco Central, fim das cartas-patentes) foram resolvidos e o projeto também deve ser aprovado sem grandes alterações.

Da Sucursal de Brasília

Depois de um processo de negociação que iniciou-se ontem à 1h, atravessou a madrugada e se encerrou somente às 9h, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo preparava-se para iniciar, às 16h de ontem, a votação do relatório do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). Um acordo que envolveu a maioria dos 64 integrantes da comissão restaurou os pontos fundamentais dos relatórios aprovados nas subcomissões do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e o sistema de governo "neoparlamentarista". A negociação foi facilitada depois que, na sexta-feira, os parlamentares concluíram que a tese de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney possui uma sólida maioria na comissão.

Com a constatação de que é inevitável a vitória do mandato de cinco anos, os parlamentares concentraram-se na negociação do sistema de governo. Na sexta-feira, às 24h, do serviço de processamento de dados do Senado (Prodasen), o relator Ferreira Lima começou a disparar telefonemas para vários integrantes

da comissão. A 1h, começou a negociação. Estavam presentes o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da subcomissão do Poder Executivo e autor da proposta do "neoparlamentarismo", e os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA), Henrique Cardoso Alves (PMDB-RN) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que não é membro titular da comissão mas, como vice-líder do partido na Câmara, tem participado das negociações.

No encontro, acertou-se que seria restaurada a fórmula para formação do governo aprovada na subcomissão do Poder Executivo. Por ela, o nome do primeiro-ministro nomeado pelo presidente da República não necessita de aprovação da maioria da Câmara. Basta que ele não seja rejeitado para ter sua nomeação assegurada. E, em caso de rejeição dos dois primeiros nomes indicados, a Câmara elegerá uma lista composta por dois nomes, para que o presidente nomeie o primeiro-ministro. A única modificação no sistema proposto por Fogaça é que a Câmara aprova uma lista duplicada de nomes, e não mais triplíce.

Após a reunião, Ferreira Lima telefonou, ainda na madrugada, para outros parlamentares, comunicando-os do acordo. No capítulo reservado ao Poder Legislativo, foram acatadas as reivindicações do deputado José

Jorge (PFL-PE), relator da subcomissão que tratou do tema. Restaurou-se toda a seção relativa à fiscalização financeira e orçamentária a ser exercida pelo Congresso Nacional e estabeleceu-se que o primeiro-ministro só poderá ser convocado a depor no plenário da Câmara dos Deputados, e não nas comissões, como previa o primeiro relatório de Ferreira Lima.

O capítulo do Poder Judiciário foi o que menos modificações sofreu com a reintrodução do artigo aprovado na subcomissão que cria a Justiça Agrária. Ferreira Lima também acatou uma emenda do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), relator da subcomissão do Poder Judiciário, que estabelece a "iniciativa popular de legislação". Por ela, uma proposta com a assinatura de setenta mil pessoas tem força de projeto de lei para efeito de tramitação no Congresso Nacional.

O acordo feito na Comissão prevê a votação, no plenário, de temas sobre os quais foi impossível se chegar a um consenso. Entre eles está a questão do mandato do presidente Sarney. Outra questão que será levada a voto é a dos ministros militares. O texto aprovado na subcomissão do Poder Executivo, que os exclui do voto de censura (ou moção de desconfiança) na Câmara, dificilmente será aprovado.

'Conservadores' levam vantagem nas votações

A exemplo do que ocorreu nas 24 subcomissões, os parlamentares "conservadores" estão conseguindo impor suas posições na segunda fase de discussões e votações de anteprojeto no Congresso constituinte, que está sendo concluída, neste final de semana, nas oito comissões temáticas. "Não adianta esperar. Nós somos maioria", disse ontem o deputado Delfim Netto (PDS-SP), de direita, resumindo a euforia da ala "conservadora", que tem representantes em todas as comissões.

Em cada uma das oito comissões há, pelo menos, três pontos polêmicos. Na maior parte dos casos, a polêmica ocorre justamente porque "conservadores" e "progressistas" decidem medir forças. Unidos a parlamentares de "centro", os "conservadores" impõem seus pontos de vista em questões tão distintas como a reforma agrária e a discriminação dos homossexuais.

O próprio Palácio do Planalto estimula o avanço "conservador" no Congresso constituinte. O presidente Sarney, com base em informações que recebeu ontem, já não tem dúvidas, por exemplo, de que os "progressistas" não conseguirão tirar-lhe, na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, os cinco anos de mandato. "Não adianta

ficarmos fazendo bravata pelos quatro anos", afirmou o senador José Fogaça (PMDB-RS), de centro-esquerda, convencido de que os "conservadores" detêm a maior parte dos votos.

A prevalência dos "conservadores" é mais nítida na Comissão da Ordem Econômica e se manifesta de forma mais acentuada em relação à questão da reforma agrária. Ontem, 23 dos 65 integrantes da Ordem Econômica, que se autocalificam como "progressistas", deixaram o plenário da comissão, entregando o processo de votação aos "conservadores".

Convencidos de que na Ordem Econômica não seria aprovada uma proposta de reforma agrária "progressista", 34 peemedebistas da Comissão da Ordem Social, liderados por Domingos Leonelli (PMDB-BA), de esquerda, tentavam incluir no anteprojeto da sua comissão um artigo prevendo a desapropriação de terras para efeitos de reforma agrária.

A correlação de forças na Comissão de Ordem Social, entre "progressistas" e "conservadores", é mais equilibrada. Isso não impediu, porém, que um grupo de parlamentares "progressistas" sustentasse, durante toda a semana passada, uma polêmica em torno da situação dos homos-

sexuais no texto da nova Constituição. O relator José Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda, colocou em seu anteprojeto um artigo que proíbe a discriminação por questões de "orientação sexual". A oposição dos evangélicos foi tão intensa que ele acabou trocando a expressão por "orientação de comportamento". "Isso é uma tentativa de burla", disse o deputado João de Deus (PDT-RS), de centro-direita, disposto a lutar pela discriminação aos homossexuais.

Uma outra vitória dos "conservadores" sobre os "progressistas" foi conseguida na Comissão da Família. O relatório do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), de centro-esquerda, que incluía várias propostas classificadas como "de esquerda", foi completamente derrubado ontem. A decisão da comissão, que optou por montar um novo relatório a partir da aprovação de emendas que estavam na "prateleira", foi comemorada pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que era contrário à proposta do relator de criação de um Conselho Nacional de Comunicação para regular as concessões de rádio e televisão, substituindo as funções hoje exercidas pelo Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações).

Hargreaves conduz estratégia do governo na Constituinte

Instalada no quarto andar do Palácio do Planalto, a poucos metros do gabinete do presidente Sarney, há uma pessoa que comanda a estratégia do governo em relação ao Congresso constituinte. Trata-se do advogado Henrique Hargreaves, um ex-assessor das lideranças do PDS e do PFL na Câmara dos Deputados. Hargreaves tem sob o seu comando nada menos que 37 pessoas. Ele não limita sua atuação a um mero acompanhamento do trabalho de elaboração da nova Constituição; de sua sala saem, por exemplo, emendas de interesse do Planalto que são apresentadas ao Congresso constituinte por "colaboradores", recrutados entre a relação de parlamentares amigos de Sarney.

Dos 37 funcionários que tem à sua disposição, Hargreaves mantém cinco permanentemente no Congresso. Esses "assessores parlamentares", como são chamados os funcionários do governo que tentam influir nas decisões do Congresso, e passarão a centrar suas atenções na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que deverá compatibilizar os textos dos oito anteprojeto das comissões temáticas.

O trabalho de Hargreaves é facilitado pela ação do próprio Sarney. A partir da próxima terça-feira, quan-

do a Comissão de Sistematização começa a trabalhar, a intenção do presidente é promover encontros mais frequentes com os relatores das oito comissões que, neste final de semana, devem concluir a votação de seus anteprojeto. Todos esses relatores, a exemplo dos relatores das 24 subcomissões do Congresso constituinte, estarão entre os 93 membros da Sistematização.

Ontem mesmo o presidente Sarney convidou para um almoço no Palácio da Alvorada o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-PA). Quis saber, em detalhes, de que forma Cabral pretende trabalhar, para harmonizar os oito anteprojeto que estão sendo votados. O deputado reafirmou ao presidente o que tem dito aos jornalistas: "Meu trabalho é mais técnico que político".

De resto, o presidente mantém-se em permanente contato com alguns parlamentares com os quais tem muita afinidade: Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara; Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão de Sistema Eleitoral; Marco Maciel (PE), presidente do PFL e ex-ministro-chefe do Gabinete Civil; Expedito Machado (PMDB-MG), e Edison Lobão (PFL-MA).

Militares ampliam assessoria para influir na Constituinte

Embora os ministros militares considerem que, no atual estágio dos trabalhos do Congresso constituinte, boa parte da "guerra" já foi vencida, eles continuarão a postos para tentar superar os últimos obstáculos aos interesses das Forças Armadas nesta fase de votação dos relatórios das comissões. O número de assessores parlamentares dos ministros militares foi substancialmente aumentado na última semana, para que os pontos com os quais as Forças Armadas não concordam sejam retirados ou alterados, no esboço da nova Constituição.

Para os ministros militares, por exemplo, a Justiça Militar deve manter suas atuais atribuições, julgando todos os crimes previstos por leis militares (inclusive o Código Penal Militar e a Lei de Segurança Nacional), tenham sido cometidos por civil ou militar. Segundo o relatório da Comissão de Sistema de Governo, à Justiça Militar compete "processar e julgar os militares nos crimes exclusivamente militares definidos em lei", excluindo, portanto, os civis. Na mesma comissão, os

militares não concordam com a proposta de que, em regime parlamentarista, os ministros militares, como os civis, sejam subordinados ao primeiro-ministro e, portanto, sujeitos a frequentes quedas de gabinetes. Segundo eles, isto prejudicaria a execução dos programas das Forças Armadas. Os militares querem que, caso seja adotado o parlamentarismo, esses ministros fiquem diretamente ligados ao presidente da República.

A questão da anistia também preocupa os militares. O Congresso constituinte pode aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que foram punidos, entre 2 de setembro de 1961 e 1º de fevereiro de 1987, por atos de exceção, atos institucionais, atos complementares ou sanção disciplinar imposta em virtude de ato administrativo. Dessa forma, por exemplo, os marinheiros que se sublevaram em 1964 e foram cassados não por atos institucionais, mas pelo Regulamento Disciplinar de Marinha (por isso, não anistiados), terão seus direitos totalmente restabelecidos.